intenções do Governo que estão longe de resolveram os problemas do campo. Será que ele não conhece as experiências de Reforma Agrária que deram certo em outros países, até mesmo capitalistas? Além disso, é direito inalienável do homem do campo ter um pedaço de terra, assim como o operário deve ter um emprego. A industrialização do país não é suficiente se não existir um mercado consumidor. Hoje, no mundo, a agricultura é a salvação. Por isso eu vejo o movimento dos agricultores sem terra com muito otimismo e comparo-o aos movimentos de trabalhadores de outras épocas, onde eles foram conquistando seus direitos na luta. A história dos trabalhadores do campo e da cidade é uma história de muita luta, muito sangue, muita perseguição, mas as transformações são irreversíveis. O Governo será obrigado a atender os agricultores sem terra, assim como os industriais, depois de muita pressão, atendem os operários.

ST — Que terras podem ser colocadas à disposição dos lavradores?

DOM JOSÉ — Uma publicação da Associação Brasileira de Reforma Agrária diz que só aqui no sul existem sete milhões de hectares de terras ociosas. Outra publicação diz que no Brasil existem 43 milhões de terras ociosas controladas por 199 mil imóveis vazios. Estas terras devem ser ocupadas para o bem do país e de nossa população.

ST — Geralmente esta terra é utilizada para especulação...

DOM JOSÉ — O próprio Estatuto da Terra, com todos os seus defeitos, diz que a propriedade deve exercer função social. Evidentemente que o problema não é só distribuir terras, mas também criar uma infra-estrutura, necessária e uma política agrícola que garanta a subsistência dos agricultores. E tudo aquilo que pode dar um nível de vida digno, como escola, saúde, participação cultural. Uma Reforma Agrária com a participação dos agricultores para atender as necessidades básicas da população.

ST — O Governo diz que não existem recursos para a desapropriação.

DOM JOSÉ — O Estatuto da Terra diz que aquela terra que não cumpre sua função social deve ser desapropriada. Parece-me então que o Estatuto da Terra deve prever recursos para isto.

ST — Há pouco tempo, o presidente do INCRA disse que a Igreja critica mas não apresenta soluções. O que o senhor acha disso?

«Estamos no caminho certo»

DOM JOSÉ — Em primeiro lugar, eles deveriam entender que não cabe à Igreja ter técnicos para apontar soluções. Nosso compromisso é pastoral, é fazer coro à voz do povo em suas reclamações. Além disso, eu acredito que sugestões não devem faltar ao Governo. No ano passado, por exemplo, durante um encontro de engenheiros agrônomos eles reclamaram que estão cansados de enviar sugestões sem obter resultados. Quer dizer, bastaria ao Governo ter capacidade para ouvir seus próprios técnicos. A verdade é que na maioria das vezes falta seriedade à política empregada pelo Governo.

ST — O presidente do INCRA, Paulo Yokota, disse também que a Igreja não atende mais aos órfãos e doentes. Que está mais preocupada em fazer discursos radicais. O que o senhor acha destas declarações?

DOM JOSÉ — Ele expressa o profundo ressentimento dos donos do poder com a atual Igreja. Se estivéssemos cuidando de órfãos e doentes, estaríamos coniventes com a situação vigente no país que cria órfãos e multiplica doentes. Mais importante do que cuidar de órfãos e doentes é estar com aqueles que realmente necessitam, que têm seus direitos pisados. E isto incomoda o opressor. Nós, membros da Igreja, como todos os cidadãos, temos o direito de participar da vida política, de sermos agentes ativos da história de nosso país. Além do mais, o resultado da política do Governo, ao qual pertence o senhor Yokota, está aí, aos olhos de todos e nós, da Igreja, não somos culpados por isso.

ST — Qual a diferença em trabalhar com problemas de terras das populações indígenas e de lavradores?

DOM JOSÉ — A diferença é que o índio tem uma certa proteção legal não só no Brasil como a nível internacional, enquanto o pequeno produtor é mais desprotegido e se torna alvo fácil da repressão e de violação de seus direitos.

Cláudio Humes, Orlando Dotti e José Gomes, os bispos na Romaria da Terra

NOTAS

Dono de 30% do Sergipe

O novo presidente do PDS, senador Alberto Franco, é um fiel representante dos grupos minoritários que exploram o povo trabalhador. Ele possui nada menos que 30% das terras de todo o estado de Sergipe, um dos mais pobres do país, onde as pessoas morrem de fome ou assassinadas em conflitos de terra. Sobre Alberto Franco, escreveu o jornalista Tarso de Castro da Folha de São Paulo: «Não que ele seja apenas dono da terra. Ele é dono também de qualquer ser humano que pisar em suas propriedades e controla também todos os meios de comunicação».

Incra vai gastar 1 bi em propaganda

Propagandas como esta ao lado, que serão veiculadas nas redes de televisão ainda este ano, vão custar aos cofres públicos 1 bilhão (bilhão com «B») e 360 milhões de cruzeiros. É que o INCRA acaba de fechar contrato com a firma Norton Publicidade S/A, encarregada de planejar e controlar os programas de divulgação sobre assuntos fundiários e outras atividades do Instituto de Colonização e Reforma Agrária. A informação está na edição de 30 de maio do Diário Oficial da União sob o título «Programa Nacional de Política Fundiária».

O fato serve como mais uma prova da imagem que ostenta o INCRA de órgão desmoralizado, ineficaz e demagógico. O seu presidente, Paulo Yokota, tem dito insistentemente que não existem recursos públicos para o Instituto fazer reassentamento de populações rurais. Então como explicar o desvio de tanto dinheiro para a publicidade? Isto somente em televisão. E o que vai dizer o INCRA a esta imensa população rural que passa a necessidade mais elementar da vida, a sobrevivência? Que continua fazendo a maior Reforma Agrária do mundo! E quanto mais os órgãos de política fundiária têm investido e vão continuar investindo em outras «desnecessidades»?

Não vão dar explicação nenhuma e o dia que este for um país decente, não mais haverá lugar para Paulo Yokota e generais nos assuntos fundiários. Aí não precisaremos mais de explicações.

Como e onde teve início a dívida brasileira? Por que chegou às atuais cifras? É possível o Brasil pagar sua dívida externa? O que é, na verdade, este FMI? Qual é sua força de nos impor regras? Nossa política salarial é uma opção de quem? Que alternativas nos restam diante da dívida externa?
Osvaldo Biz e Leopoldo J. Girardi, em linguagem simples e direta, respondem a estas e outras questões neste volume.

LEIA

~~2.000,00~~
preço real
e
para os assinantes de Mundo Jovem
1.500,00

Para receber o Volume I da coleção EMEJOTA, **«A Dívida Externa Brasileira e o FMI»**, basta enviar Cr$ 1.500,00 por cheque nominal, ordem de pagamento ou vale postal ao Mundo Jovem e o livro lhe será remetido pelo correio.

mundo Jovem

Jornal Mundo Jovem
Cidade Universitária — PUC
Caixa Postal 1429
90.000 — Porto Alegre — Rs
Fone: (0512) 36-9400